



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
Secretaria de Município da Saúde



### **Termo de Referência**

O município Rio Grande, UF RS, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ 12.094.476/0001-18 representado pelo gestor Secretário de Município da Saúde Maicon de Barros Lemos, solicita abertura de edital para credenciamento de Comunidades Terapêuticas para Crianças e Adolescentes no Município de Rio Grande. Tal solicitação deriva de Processo onde o Município de Rio Grande é Réu, podendo o processo, se executado, bloquear as contas do município (Processo Nº 51000008421).

#### **1. Objeto**

1.1 Edital de credenciamento de entidades da sociedade civil sem fins lucrativos na modalidade comunidade terapêutica, em regime de residência, permanência 24 (vinte e quatro) horas, com duração máxima de 9 (nove) meses, incluindo a triagem inicial e plano terapêutico de no máximo 9 (nove) meses por usuário, para atender a demanda da Secretaria Municipal da Saúde, no Município do Rio Grande/RS.

#### **2. Justificativa:**

2.1 Devido à ação impetrada contra o município de Rio Grande – Processo Nº 51000008421 – Onde o município tem de oferecer vagas para cuidado de criança e adolescente usuárias de substâncias psicoativas, faz necessário abertura de edital de credenciamento de comunidades terapêuticas para tratamento da drogadição em Rio Grande.

#### **3. Especificações Técnicas – Métodos e Estratégias:**

3.1 O serviço de comunidade terapêutica é o estabelecimento de assistência e saúde, visando a reabilitação, a reintegração a família e o retorno ao convívio social, dos dependentes de substâncias psicoativas, em situação de vulnerabilidade social, para ambos os sexos, cujos preceitos estão contidos na Portaria MS nº 1.482, de 25 de outubro de 2016, na Portaria RS/SES nº 591 de 19 de dezembro de 2013, na Nota

Técnica 055/2013 GRECS/GGTES/ANVISA, na Resolução da ANVISA - RDC nº 29, de 30 de junho de 2011 ou outra que vier a ser adotada pelo Ministério da Saúde.

**3.2 Para as condições do credenciamento:**

3.2.1 Ser Entidade da Sociedade Civil sem fins lucrativos e que desempenhe atividades de interesse social.

3.2.2 Estar localizada no Município de Rio Grande.

3.2.3 Atender a demanda de usuários que necessitam de tratamento especializado para desintoxicação de substância psicoativa.

3.2.4 Atender a demanda de pacientes de ambos os sexos, SOMENTE na faixa etária compreendida entre 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos.

3.2.5 A instituição deverá comprovar que mantém responsável técnico de nível superior legalmente habilitado, bem como um substituto com a mesma qualificação, conforme Resolução RDC nº 29/2011 Anvisa.

**3.3 Documentação Necessária:**

3.3.1. Certidão de Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

3.3.2. Certidão Negativa de Débito – Fazenda Municipal;

3.3.3. Certidão Negativa de Débito Federal, abrangendo as contribuições previdenciárias;

3.3.4. Certidão Negativa de Débito – FGTS;

3.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

3.3.6. Estatuto Social;

3.3.7. Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável legal pela Instituição;

3.3.8. Declaração dos sócios ou diretores, que não ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento na área pública de saúde em qualquer nível, e no âmbito do Município de Rio Grande

3.3.9. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente;

3.3.10. Declaração, emitida pelo licitante, de que cumpre as disposições do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos;



3.3.11. Parecer do COMEN (Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas) – Sobre o funcionamento da Comunidade Terapêutica;

3.3.12. Plano Terapêutico da Comunidade com equipe técnica vigente.

**3.4 . Sobre o vínculo formal das entidades credenciadas com o município :**

3.4.1.O Município celebrará termo de credenciamento com cada entidade credenciada.

3.4.2. O credenciamento não gera direito à utilização da prestação de serviço por parte do Município do Rio Grande, o que somente se efetuará a critério da Secretaria Municipal de Saúde (CAPSi ou CAPS AD), em decorrência da demanda pela prestação dos serviços.

3.4.3. Em caso de haver mais de uma credenciada, as internações ocorrerão conforme escolha do responsável pelo paciente e disponibilidade de oferta pela credenciada.

3.4.5. A Instituição deverá manter toda a documentação atualizada junto ao Município, durante toda a vigência do contrato.

**4. Valor pela Prestação do Serviço:**

4.1 A título de remuneração pelos serviços prestados, o Município do Rio Grande/RS pagará às Instituições credenciadas mensalmente, a quantia de R\$1.500,00 (Um Mil e quinhentos Reais), por recuperando, valor este utilizado pela (Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD) no seu processo de credenciamento para a mesma prestação de serviço na modalidade comunidade terapêutica.

4.1.1 O valor será reajustado, anualmente, pela variação da URM, tendo como data-base para o reajuste a data de publicação do Edital de Chamamento.

**5. Das Obrigações:**

5.1 O serviço deve oferecer conforme a necessidade do paciente atendimento psicológico e social, atividades terapêuticas, lazer e abordagem à família;

5.2 A regulação do fluxo ficará a cargo da Secretaria da Saúde através dos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial – CAPSi e/ou CAPS AD dependendo da faixa etária do usuário. A comunidade terapêutica somente poderá efetivar as internações dos pacientes regularmente encaminhados mediante documento e autorização para internação expedidos pelos CAPSi e/ou CAPS AD.



5.3 A comunidade terapêutica será responsável pelo usuário enquanto ele estiver internado na instituição e deverá ser enviado ao CAPS que originou a internação um relatório mensal de cada usuário, descrevendo o andamento do tratamento.

5.4 No caso de fuga ou desistência de tratamento por algum usuário, o CAPS responsável deverá ser informado imediatamente.

5.5 No término da internação deverá ser encaminhado ao CAPS de origem um registro de nota de alta.

5.6 Dentro do processo de humanização da assistência e preservação dos direitos dos pacientes, fica proibido a existência de espaços restritivos como celas fechadas.

5.7 A comunidade terapêutica deverá oferecer ao paciente as acomodações necessárias como: Cama, colchão, instalações sanitárias, alimentação adequada, higiene, salubridade e segurança.

5.8 Atividades a serem desenvolvidas com os usuários: Atendimento individual (consulta, psicoterapia, atendimento médico, psicológico, atendimento grupal, grupo de orientação aos familiares, dentre outros), deverá ser pactuado com o CAPS de origem.

5.9 O Plano terapêutico singular do usuário deverá ser construído com os técnicos do CAPS e com a ciência da Secretaria Municipal de Saúde através da Coordenação do Núcleo de Saúde Mental do município de Rio Grande.

## 6. Vigência

6.1 O credenciamento vigorará por 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do Edital de Chamamento.

Rio Grande, em 18 de setembro de 2017.

Maicon de Barros Lemos

Secretário de Município da Saúde

Maicon de Barros Lemos  
Secretário de Município da Saúde  
Matr.: 9789-6